

Ethos discursivo em *Atos Humanos*: memória, resistência e teor testemunhal na obra de Han Kang

Discursive Ethos in Human Acts: Memory, Resistance, and Testimonial Content in Han Kang's Work

Tielly dos Reis Gomes

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Bragança | PA | BR

gstielly@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-7088-8074>

Rafael de Souza Timmermann

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Bragança | PA | BR

rafaeltimmermann@ufpa.br

<https://orcid.org/0000-0002-9038-265X>

Ana Lília Carvalho Rocha

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Bragança | PA | BR

liliarocha@ufpa.br

<https://orcid.org/0000-0001-8739-5786>

Resumo: Este estudo busca analisar a construção do *ethos* discursivo na obra *Atos humanos*, de Han Kang (2021). O romance retrata a repressão violenta dos protestos pela democracia na Coreia do Sul, ocorrida em maio de 1980. O objetivo principal deste texto consiste na investigação do *ethos* discursivo perante as posturas adotadas e sua legitimidade na preservação da memória coletiva traumática para a reescrita da história a partir de outros ângulos. Para tanto, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, considerando o discurso e o *ethos* discursivo (Maingueneau, 2008; 2015), o teor testemunhal (Seligmann-Silva, 2003), a memória (Halbwachs, 1990; Ricoeur, 2007), o trauma (Caruth, 1996) e a resistência (Harlow, 1987). Além disso, há menções à necropolítica (Mbembe, 2018) e à condição de vida nua frente ao estado de exceção (Agamben, 2004). A narrativa de teor testemunhal atua como instrumento de resistência contra o silenciamento e apagamento impostos pela história oficial, estabelecendo um entrelace entre a ficção e a história em relação à memória do massacre de Gwangju. Assim, os enunciados revelam que o *ethos* discursivo em *Atos Humanos* promove o resgate da memória como ato de resistência e reparação histórica.

Palavras-chave: Análise discursiva; *ethos* discursivo; literatura de teor testemunhal; Massacre de Gwangju; Han Kang.

Abstract: This study seeks to analyze the construction of the discursive *ethos* in Han Kang's *Human Acts* (2021). The novel depicts the violent repression of the protests for democracy in South Korea, which took place in May



1980. The main objective is to investigate the discursive *ethos* regarding the postures adopted and their legitimacy in preserving the traumatic collective memory in order to rewrite history from other angles. To this end, we used qualitative bibliographical research, considering discourse and discursive *ethos* (Maingueneau, 2008; 2015), testimonial content (Seligmann-Silva, 2003), memory (Halbwachs, 1990; Ricoeur, 2007), trauma (Caruth, 1996) and resistance (Harlow, 1987). In addition, there are mentions of necropolitics (Mbembe, 2018) and the condition of bare life in the face of the state of exception (Agamben, 2004). The testimonial narrative acts as an instrument of resistance against the silencing and erasure imposed by official history, establishing a link between fiction and history in relation to the memory of the Gwangju massacre. Thus, the utterances reveal that the discursive *ethos* in *Human Acts* promotes the recovery of memory as an act of resistance and historical reparation.

Keywords: Discourse analysis; discursive *ethos*; testimonial literature; Gwangju Massacre; Han Kang.

1 Introdução

O presente trabalho articula ficção e história no romance *Atos Humanos* de Han Kang (2021), com ênfase na constituição do *ethos* discursivo. A obra apresenta forte teor testemunhal e contribui para a resistência ao resgatar a memória do Massacre de Gwangju sob os olhares das margens. Dessa forma, propõe-se examinar como o *ethos* se constrói e é legitimado nas estratégias de preservação da memória coletiva traumática, possibilitando a reescrita da história a partir de perspectivas não hegemônicas.

Para realizar tal análise, empregou-se uma pesquisa bibliográfica qualitativa aliada à literatura comparada, com suporte do arcabouço teórico dos autores Maingueneau (2008; 2015), no que diz respeito ao discurso e ao *ethos* discursivo; Seligmann-Silva (2003), quanto ao teor testemunhal; Halbwachs (1990) e Ricoeur (2007), em relação à memória; Caruth (1996), sobre o trauma; e Harlow (1987), acerca da resistência. Também há considerações quanto à necropolítica (Mbembe, 2018) e à vida nua no estado de exceção (Agamben, 2004). Primeiramente, elucidamos os conceitos centrais para a análise. Em seguida, apresentamos a metodologia e o *corpus* selecionado, contextualizando os acontecimentos que culminaram na revolta e sua severa repressão militar. Por fim, analisamos a construção do *ethos* na narrativa.

Tal enfoque permite investigar como os sujeitos são posicionados no discurso, evidenciando a importância do teor testemunhal nos enunciados. Desse modo, espera-se revelar marcas de resistência a partir das representações produzidas no próprio ato discursivo.

2 Referencial teórico

2.1 Discurso e *ethos*

Este estudo recorre às formulações de Dominique Maingueneau (2008; 2015) com vistas a conduzir uma análise discursiva da obra *Atos Humanos* (Han, 2021). Há especial atenção para a constituição do *ethos* discursivo na preservação e ressignificação da memória de eventos traumáticos. Logo, é necessário destrinchar os conceitos centrais mobilizados no discurso e na narrativa.

Segundo Maingueneau (2015), a análise discursiva estabelece relação próxima com a língua (recursos semióticos disponíveis), a atividade comunicacional e o conhecimento (saberes individuais e coletivos que atuam na construção do sentido dos enunciados). Ele expõe a dupla noção semântica do discurso, entendido tanto como um sistema (substantivo incontável) quanto como o próprio conjunto de textos que o compõem (substantivo contável). Por um lado, o discurso é concebido como objeto empírico, já por outro, como algo que transcende um ato de comunicação particular, admitindo o ponto de vista que se tem sobre ele. Dessa forma, movimenta-se constantemente entre o dito (explícito) e o não dito (implícito). É marcado por subentendidos e orientado por seu contexto de produção e recepção, reconhecendo quem fala, para quem fala e sob quais circunstâncias.

O autor elenca ideias-força que regem o discurso, determinando-o como: 1. uma organização além da frase (regras de organização de outras estruturas); 2. uma forma de ação (atividade e prática social); 3. interativo (presença de coenunciadores); 4. contextualizado (condição de indicialidade); 5. assumido por um sujeito (fonte de referência); 6. regido por normas (trabalho de legitimação); 7. assumido no bojo de um interdiscurso (atravessado por relações discursivas); e 8. o discurso constrói socialmente o sentido (Maingueneau, 2015, p. 25-28). De tal modo, o sentido é atribuído pelos sujeitos, sempre inseridos e influenciados pelas configurações sociais, sendo “continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas” (Maingueneau, 2015, p. 29). Essas ideias-força guiam pesquisadores nos estudos do discurso, que priorizam uma ou outra, sem desconsiderar as demais. Por exemplo, ao tratar sobre a literatura como dispositivo de comunicação e mobilizador de ideias-força, Maingueneau (2015, p. 30) questiona as óticas tradicionais isoladas somente no texto ou no contexto da época ou do autor. Sobre isso, Silva e Pessoa (2024, p. 3) assumem que “o discurso constitui-se, portanto, pelo encadeamento entre língua, sujeito e história”.

Sob o foco da análise discursiva, a obra literária constitui-se como um ato enunciativo que possui sua própria cena de enunciação que a legitima e “a cena estabelecida justifica o seu próprio dizer pela forma que o institui” (Silva; Pessoa, 2024, p. 4). Nesse sentido, a cena de enunciação, categorizada em: cena englobante, cena genérica e cenografia, reforça a legitimidade do discurso. A cena englobante é um tipo de discurso destacado em um setor social específico. A cena genérica envolve os gêneros do discurso, localizados na realidade tangível, e suscita expectativas regidas por normas. A cenografia revela a singularidade do texto a partir da enunciação, que vai além dessas normas, pois “não é simplesmente um cenário; ela legitima um enunciado que, em troca, deve legitimá-la” (Maingueneau, 2015, p. 123). Dessa forma, a cenografia é um elemento condicionante do processo e da concepção da obra em um tempo (cronografia) e em um espaço (topografia), uma vez que “o enunciador instaura,

através de sua enunciação, a situação, o mundo a partir do qual ele pretende “mostrar-se” e, ao mesmo tempo, legitimar sua enunciação” (Veronez; Silva, 2024, p. 122).

Além disso, ao tratar sobre os traços de enunciações, ele afirma que funcionam como instrumentos de poder: “a conversão de enunciados em traços, mesmo se contingente, implica uma série de operações e de condições de processamento do discurso constitutivas de determinada configuração histórica” (Maingueneau, 2015, p. 155). A materialidade desses enunciados permite sua inscrição na memória coletiva, tornando-os suscetíveis a reinterpretações em diferentes contextos históricos e ideológicos ao longo do tempo. Tal dinâmica revela as condições de produção e os valores de um grupo social específico, bem como evidencia suas convenções, crenças e mecanismos de censura (Rocha, 2021). Assim, considerando que o processo de preservação de enunciados acarreta as relações inextricáveis entre traço, ética e poder, “conservar o traço de uma enunciação nunca será um ato neutro” (Maingueneau, 2015, p. 157).

Omakí (2024, p. 29) enfatiza a “estreita relação entre o discurso e a transmissão de um sentido que transcende o conteúdo explícito das palavras”. De tal maneira, o discurso é atravessado por fatores que influenciam os modos pelos quais os sujeitos se apresentam por meio dele. Nesse contexto, Maingueneau (2008) evoca o conceito do *ethos* discursivo, que assume um caráter central em seus estudos e é concebido como uma projeção elaborada pelo sujeito na materialidade do ato discursivo. O *ethos* (Maingueneau, 2008) se constroi por meio do discurso e não é exterior à enunciação, “é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica” (Maingueneau, 2008, p. 17).

O *ethos* da retórica aristotélica evoca imagens persuasivas pela forma em que se dá o discurso. Contudo, para além da oratória e da argumentação, o autor alerta sobre seus usos verbais e não verbais, que provocam efeitos multi-sensoriais. Esses componentes induzem o outro a aderir a um certo discurso: “o *ethos* se elabora, assim, por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente” (Maingueneau, 2008, p. 16). Ele não é estático, funcionando como um movimento interativo interpretado pelo destinatário a partir da fala do enunciador, não pelo enunciado verbal em si, mas no próprio ato de enunciação. “Dizer que os participantes interagem é supor que a imagem de si construída no e pelo discurso participa da influência que exercem um sobre o outro” (Amossy, 2005, p. 12), o que designa uma distinção entre *ethos* discursivo e *ethos* pré-discursivo. Este último é composto pelas percepções prévias do destinatário sobre o enunciador, antes mesmo da fala. Ainda assim, o *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido, uma vez que o destinatário orienta-se pela cena de enunciação em conjunto ao conteúdo nela expresso. Em uma entrevista da ORGANICOM com Maingueneau (Freitas; Baldissera; Junior; Boaventura, 2021), discute-se que para além da imagem percebida no *ethos* pré-discursivo, o *ethos* discursivo é concebido pela forma em que essa imagem é apresentada por meio dos discursos do enunciador. Não se trata de um perfil psicológico, mas de um comportamento que é moldado pelo posicionamento dos corpos no espaço da fala, sendo uma faceta da enunciação.

A distribuição pré-estabelecida de papéis em cada tipo de discurso permite que o locutor escolha, com maior ou menor liberdade, sua cenografia (Amossy, 2005). Nesse sentido, a reflexividade enunciativa admite aos textos “uma “voz” indissociável de um corpo enunciante historicamente especificado” (Maingueneau, 2008, p. 17). Isso revela uma multiplicidade de

“tons”, cedidos à caracterização de um fiador. Na literatura, a voz enunciativa não corresponde ao autor real da obra: os índices presentes no próprio texto permitem a reconstrução do seu tom (Rocha; Virginio; Gomes, 2024, p. 300). A partir desses tons, o destinatário constrói uma representação do enunciador, constituindo uma instância subjetiva que se torna o fiador do que é dito. Assim, sua presença no discurso não se restringe a um estatuto associado a uma cenografia, como também desempenha a função de legitimar o enunciado (Omaki, 2024).

Esse *ethos* recobre não só a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao “fiador” pelas representações coletivas estereotípicas. Assim, atribui-se a ele um “caráter” e uma “corporalidade”, cujos graus de precisão variam segundo os textos. O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela está associada a uma compleição física e a uma maneira de vestir-se (Maingueneau, 2008, p. 18).

Aqui, a noção de *ethos* admite um caráter e uma corporalidade que o sustenta. Fundamenta-se nas dimensões presentes no interior do discurso, considerando tanto a instância subjetiva quanto sua articulação com o tom adotado pelo enunciador (Santos; Fairchild, 2025). O *ethos* coletivo refere-se aos *ethe* fixados, embora possam ser articulados de forma não convencional. Esses estereótipos socialmente avaliados são transformados e confrontados na enunciação. Como os sujeitos no discurso estão condicionados ao contexto histórico e social em que se inserem, “a apresentação de si é tributária dos papéis sociais e dos dados situacionais. Uma vez que é inerente a toda troca verbal e submetida a uma regulamentação sociocultural, ela supera largamente a intencionalidade do sujeito que fala e age” (Amossy, 2005, p. 13). Assim, o fiador reflete o mundo ético que o constitui. À vista disso, a incorporação é o termo da apropriação desse *ethos* pelo intérprete. Isso acontece a partir da corporalidade do fiador na enunciação, seguida da assimilação do conjunto de esquemas que permeia esse mundo ético pelo destinatário, constituindo o corpo da comunidade que adota o mesmo discurso.

O *ethos efetivo* é resultado da interação do *ethos* pré-discursivo e *ethos* discursivo (*ethos* mostrado) com fragmentos do texto nos quais se evoca a própria enunciação (*ethos* dito), diretamente ou indiretamente.

Apanhado num *ethos* envolvente e invisível, o coenunciador faz mais que decifrar conteúdos: ele participa do mundo configurado pela enunciação, ele acede a uma identidade de algum modo encarnada, permitindo ele próprio que um fiador encarne. O poder de persuasão de um discurso deve-se, em parte, ao fato de ele constranger o destinatário a se identificar com o movimento de um corpo, seja ele esquemático ou investido de valores historicamente especificados (Maingueneau, 2008, p. 29).

Ao aderir a um padrão discursivo, o autor constrói o *ethos* assumindo uma postura explícita, bem como formas implícitas que o legitimam, isto é, um *ethos* híbrido, que combina *ethe*. “Numa obra singular, em particular se ela põe em relevo discursos constituintes, o autor não se contenta em incorporar seu leitor projetando para ele um estereótipo qualquer, antes, ele joga com esses estereótipos para definir um *ethos* singular” (Maingueneau, 2008, p. 24). Diante disso, o *ethos* vai além da autoridade ou confiabilidade do enunciador, mostrando como a narrativa ficcional pode intercalar níveis de interação que não se sobrepõem necessariamente (Amossy, 2005). Mesmo quando não convencionais, o discurso cria *ethe* que

funcionam socialmente por remeter a cenas de enunciação nas quais os atores sociais conferem sentido às suas ações, projetando o leitor como parte desse corpo.

Assim, compreende-se que o discurso é orientado não só pelo conteúdo que carrega como também pelo contexto em que se constitui. Ao tratar do *ethos* discursivo, Maingueneau (2008) revela as dinâmicas do *ethos* no discurso. Ele atribui sentido em consonância à imagem do locutor, por meio dos enunciados localizados nas cenas de enunciação. Esse movimento se dá para além do que é explicitamente dito, abrangendo aspectos não verbais que impactam a forma como a mensagem é transmitida e assimilada. Nessa perspectiva, verifica-se a constituição do *ethos*, indissociável de um posicionamento político (Amossy, 2005), nos traços da memória a partir do teor testemunhal e da resistência, afluídos pela obra em análise.

2.2 Teor testemunhal e resistência

Diante do conteúdo de teor testemunhal e da resistência presentes em *Atos Humanos*, torna-se preciso retomar os estudos de tais áreas. Nesta seção, debruçamo-nos acerca das problemáticas ligadas à memória e ao trauma a partir da linguagem literária e das representações que estabelecem uma relação intrínseca entre história e ficção.

Para Seligmann-Silva (2003) a literatura motiva a autorreflexão da linguagem em busca de dar forma ao “real”, compreendido “na chave freudiana do *trauma*, de um evento que justamente resiste à representação” (Seligmann-Silva, 2003, p. 373). Isto posto, a imaginação é necessária para transmitir o intraduzível. Nesse sentido, narrativas de teor testemunhal são aquelas em que se remete ao acontecimento por meio da apropriação das estratégias utilizadas no próprio testemunho. Os testemunhos podem ser expressos de diversas formas e por diversas mídias, sendo narrados por meio das lembranças, que persistem com o sobrevivente. Para o autor, a testemunha é aquela que presenciou e sobreviveu à tragédia. Ele enfatiza a necessidade de testemunhar como uma forma de lidar com o trauma e honrar aqueles que foram mortos e silenciados (Seligmann-Silva, 2003). Assim, entende-se que o processo de retomada ao passado para a reconstrução do vivido e para a preservação da memória é, por si só, um ato de resistência. A narrativa ficcional desempenha, portanto, um papel fundamental neste ato de resistência, no qual o narrador se apropria de estratégias narrativas que inscrevem o trauma vivido no discurso.

No livro *A Memória Coletiva*, Halbwachs (1990) afirma que a memória se constitui do compartilhamento comum de lembranças e pensamentos dinâmicos nas relações sociais, bem como considera pontos de vistas individuais, manifestados em diferentes níveis para cada um. A memória coletiva é sustentada por grupos distintos, que carregam suas próprias versões da memória, em constante transformação e segmentação ao longo do tempo. Contudo, como esta concepção assume que a história só ganha forma no fim da tradição (memória do grupo), percebe-se a necessidade de adotar uma perspectiva mais ampla. Diante disso, Ricoeur (2007, p. 41) postula que “o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história”. Para ele, a linguagem literária possibilita o encontro dialógico entre o histórico e o mnemônico (Ricoeur, 2007) e, assim, influencia a compreensão de crises históricas, a reflexão de seus impactos e sua representação na memória.

Por sua vez, Caruth (1996) explora o elo entre o trauma e a literatura. Aqui a repetição, contra a vontade do sobrevivente, e a incompreensão do acontecimento são recorrentes. Essa

repetição indica a relação paradoxal entre o conhecido e não-conhecido, estando associado “ao evento que se estende além do que pode ser simplesmente visto ou conhecido, e está inextricavelmente ligado ao atraso e à incompreensibilidade que permanecem no cerne desse ver repetitivo” (Caruth, 1996, p. 92, tradução nossa).¹ Para ela, repensar a referência não envolve apagar a história, mas recolocá-la em nossa compreensão, considerando sua implicação ética e política. No processo de retorno ao que não se pôde compreender na situação imediata, testemunha-se o vivido: “a voz comovente e pesarosa que grita, uma voz que é paradoxalmente liberada pela ferida” (Caruth, 1996, p. 2, grifo da autora, tradução nossa).²

O local do evento é caracterizado por sua inacessibilidade. Por ele ainda não ter sido assimilado pela consciência (período de latência), o trauma manifesta-se na repetição posterior da violência. Assim, dirige-se a nós na tentativa de expressar uma realidade ou verdade indisponível de outra forma (Caruth, 1996), estando entrelaçado a um outro, que pede para ser visto e ouvido. A autora sugere uma ambiguidade central nessas histórias, apresentando “a oscilação entre uma crise de morte e a crise correlativa da vida: entre a história da natureza insuportável de um evento e a história da natureza insuportável de sua sobrevivência” (Caruth, 1996, p. 7, tradução nossa).³ E é essa dupla narrativa e sua inextricabilidade que constitui seu testemunho histórico.

Se a experiência traumática, como Freud indica sugestivamente, é uma experiência que não é totalmente assimilada no momento em que ocorre, então esses textos, cada um por sua vez, perguntam o que significa transmitir e teorizar em torno de uma crise que é marcada, não por um simples conhecimento, mas pelas maneiras como ela simultaneamente desafia e exige nosso testemunho (Caruth, 1996, p. 5, tradução nossa).⁴

Harlow (1987) argumenta que a literatura de resistência, como atividade necessariamente politizada e crítica, está “imediate e diretamente envolvida em uma luta contra formas ascendentes ou dominantes de produção ideológica e cultural” (Harlow, 1987, p. 28-29, tradução nossa).⁵ O autor e o leitor estão comprometidos em historicizar as imagens da narrativa, ressaltando a luta de resistência a partir da reinterpretação do passado, isto é, a busca por diferentes finais históricos. Nesse cenário, o texto literário não apenas registra, como inter-vém e confronta a história oficial, uma vez que a narrativa e as imagens construídas em seu interior compõem um processo histórico e ideológico. Sobre isso, a autora alerta que essas

¹ “to the event that extends beyond what can simply be seen or what can be known, and is inextricably tied up with the belatedness and incomprehensibility that remain at the heart of this repetitive seeing” (Caruth, 1996, p. 92).

² “the moving and sorrowful *voice* that cries out, a voice that is paradoxically released *through the wound*” (Caruth, 1996, p. 2).

³ “the oscillation between a crisis of death and the correlative crisis of life: between the story of the unbearable nature of an event and the story of the unbearable nature of its survival” (Caruth, 1996, p. 7).

⁴ “If traumatic experience, as Freud indicates suggestively, is an experience that is not fully assimilated as it occurs, then these texts, each in its turn, ask what it means to transmit and to theorize around a crisis that is marked, not by a simple knowledge, but by the ways it simultaneously defies and demands our witness” (Caruth, 1996, p. 5).

⁵ “immediately and directly involved in a struggle against ascendant or dominant forms of ideological and cultural production” (Harlow, 1987, p. 28-29).

imagens exigem sua dimensão historicizante para expor os parâmetros da luta de resistência (Harlow, 1987), pois, desvinculados desse contexto, são propícios à apropriação fetichista dos símbolos. Nessa condição, tornam-se meros sinais de nostalgia e de luto por um passado imóvel, pelo qual se anseia sem considerar as sucessões de eventos que o concretizam. De tal modo, assume-se uma posição de distância do julgamento crítico em relação à constituição do presente e a preparação para o futuro.

As narrativas de resistência, por outro lado, mostram o contexto histórico e social que produziu esses símbolos ou imagens. Sua análise e documentação das condições culturais e ideológicas de seu enredo, personagens e cenário também desafiam certas convenções literárias que foram mantidas ao longo da história do romance clássico (Harlow, 1987, p. 85, tradução nossa)⁶.

O discurso narrativo denuncia as estruturas de poder que sustentam conjunturas de dominação e exploração, contribuindo também para novos pontos de vista. Essas narrativas de resistência reconfiguram eventos ressonando com o cerne dos movimentos sociais e suas necessidades coletivas. Harlow (1987) destaca as questões de gênero, raça e classe presentes nessas obras, que englobam documentário e “ficção”, ressaltando sua análise social e ideológica. São obras criadas no que a autora chama de “arena de lutas” e que amplificam as vozes de sujeitos historicamente silenciados. Isto implica em uma mudança na forma como a história é contada, pois possibilita narrar a partir dos indivíduos que estão à margem da história oficial. Nessa conjuntura, ela remete a Bakhtin (1981) acerca dos conceitos de polifonia e heteroglossia envoltos no discurso, o que leva à descentralização do mundo ideológico e verbal pelas interações entre grupos sociais distintos. Essas múltiplas perspectivas indicam um momento de instabilidade na sociedade e atuam para “para minar as convenções de autoridade e autoria e também para dar voz às pessoas que há muito tempo foram privadas do direito de falar por si mesmas” (Harlow, 1987, p. 99, tradução nossa)⁷.

Portanto, buscou-se elucidar o discurso e o *ethos* discursivo (Maingueneau, 2008; 2015) a fim de verificar seus usos nas cenas de enunciação presentes na narrativa de *Atos Humanos*. Em um primeiro momento, percebe-se um diálogo direto com a memória, o trauma e a resistência. Nesse entrelaçamento entre história e ficção, o teor testemunhal da obra ganha destaque e contribui para a reescrita do acontecimento como forma de resistência ao silenciamento das vozes marginalizadas. As próximas seções destinam-se aos métodos aplicados para a análise e à contextualização do *corpus*.

⁶ “Resistance narratives by contrast display the historical and social context which produced such symbols or images. Their analysis and documentation of the cultural and ideological conditions of their plot, characters, and setting also challenge certain literary conventions which have been sustained through the history of the classical novel” (Harlow, 1987, p. 85).

⁷ “to undermine the conventions of authority and authorship and also to give voice to the people who have long been deprived of the right to speak for themselves” (Harlow, 1987, p. 99).

3 Metodologia e *corpus*

3.1 Métodos e critérios para a análise

A presente pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico está ancorada em Dominique Maingueneau (2008; 2015) acerca do *ethos* discursivo e investiga sua construção em *Atos Humanos* de Han Kang (2021), publicado pela editora Todavia. Logo, trata-se da versão traduzida para português, que tanto mantém quanto reinterpreta a escrita original. O estudo articula os campos da análise do discurso e da literatura comparada, concentrando-se nos componentes discursivos e narrativos atuantes na preservação e reconstrução da memória. Além do romance, foram selecionados materiais complementares, sobretudo acadêmicos e jornalísticos, a fim de contextualizar o Massacre de Gwangju. Tais textos estabelecem um diálogo entre as vozes ficcionais do livro e as testemunhas do evento na vida real.

Ao abordar os efeitos do trauma histórico, cada capítulo apresenta uma cena de enunciação distinta e concebe diferentes vozes, corpos e temporalidades. A seleção dos trechos analisados priorizou passagens em que os traços da construção do *ethos* e da memória são destacados. Assim, a análise parte das materialidades que evidenciam as imagens projetadas na narrativa e seu caráter resistente. Como indícios do *ethos*, observam-se, entre outros, a pessoa gramatical, o tom, os índices de corporalidade, a cenografia, as formas de endereçamento e as estratégias de fragmentação, compreendidas como modos de dizer o indizível. Esses aspectos permitem identificar projeções do *ethos* pré-discursivo, do *ethos* mostrado e do *ethos* dito.

3.2 O Massacre de Gwangju

O Massacre de Gwangju demonstra a transição para a democracia na Coreia do Sul, marcada por profundos conflitos políticos. Na época, Gwangju era a capital da província de Jeolla do Sul, região historicamente negligenciada e estigmatizada pelo Estado por concentrar o cerne da oposição e mostrar forte mobilização política: “o preço desse ativismo foi alto, no entanto, já que a região sofria de forte discriminação em praticamente todas as áreas da vida social, política e econômica” (Shin, 2003, p. 20, tradução nossa).⁸ Isso pode ser notado nas eleições de 1971, quando Park Chung-hee – político que liderou a Coreia do Sul de 1963 a 1979 – venceu Kim Dae-jung – natural da região e membro do Novo Partido Democrático, com grande apoio popular – por uma margem considerada pequena para os padrões de seu governo até então. Frente à crescente ameaça da oposição, Park declarou lei marcial em outubro de 1972. No mês seguinte, promulgou a Constituição Yushin, que enfraqueceu a Assembleia Nacional ao lhe atribuir poderes quase absolutos, limitando qualquer intervenção. A insatisfação da população crescia conforme medidas cada vez mais opressoras eram impostas. Em crise, seu regime chegou ao fim em 26 de outubro de 1979, quando foi assassinado pelo diretor da KCIA, o Serviço Nacional de Inteligência.

⁸ “the price of this activism was heavy, however, as the region suffered from severe discrimination in virtually all areas of social, political, and economic life” (Shin, 2003, p. 20).

Em uma entrevista para a Gwangju News (2023), Won Sun-seok, testemunha do evento e representante da *May 18 Memorial Foundation* (tradução livre: Fundação Memorial do 18 de Maio), conta que antes do Massacre de Gwangju, em 09 de abril de 1980, foi instituído o Conselho de Estudantes da Universidade Nacional de Chonnam, que organizou um encontro para a democratização de 14 a 16 de maio. Com a ascensão de outro regime ditatorial, após o assassinato de Park Chung-hee, os movimentos estudantis intensificaram os protestos em prol da reforma democrática. Essa mobilização marcou o período conhecido como A Primavera de Seul (out. 1979 – maio 1980), que teve sua resposta com a expansão para todo o país da lei marcial em vigor, a prisão de líderes políticos da oposição, dentre eles Kim Dae-jung, e a violência militar exercida contra os civis, culminando em inúmeras mortes de 18 a 27 de maio. “Em 27 de maio, a Revolta foi reprimida – com estimativas variando entre 200 (registros do governo) e 2.000 pessoas mortas, a maioria delas civis (registros de grupos cívicos locais)” (Shim, 2021, p. 456, tradução nossa),⁹ além dos feridos e desaparecidos.

A violência das forças especiais em Gwangju foi marcada por ataques indiscriminados contra civis e manifestantes desarmados (Lee; Kim, 2016). Segundo a testemunha ocular Lee Jae-eui, a brutalidade da repressão estatal levou à criação de um exército civil, composto por estudantes e trabalhadores para se defender (Shin, 2003). No dia 21 de maio, os soldados abriram fogo contra os manifestantes, deixando mais de 50 mortos (Ahn, 2003). As tropas recuaram após isso e os manifestantes, concentrados no prédio provincial, assumiram o comando da cidade autonomamente por cinco dias, instituindo dois comitês, o *Citizen Settlement Committee* (cívico) e o *Student Settlement Committee* (estudantil), para negociar com o governo e encerrar a revolta. No dia 27, contudo, ocorreu a reocupação militar, com apoio do governo americano na aprovação da expedição e da consolidação do poder de Chun Doo-Hwan. Além disso, os responsáveis pela repressão propagavam notícias falsas de que os protestos em Gwangju eram motivados por agentes norte-coreanos infiltrados com o propósito de implantar uma revolução comunista (Lee; Kim, 2016). Sobre isso, Shim (2021, p. 457, tradução nossa) observa que até hoje “os legisladores conservadores continuam a descrever os eventos de Gwangju como anti-governamentais e pró norte-coreanos, revelando o legado duradouro e ideologizado do movimento cívico”.¹⁰

Han identifica três principais formas de abuso que motivaram a resistência dos cidadãos de Gwangju na luta pelos direitos humanos: o tratamento desumano a que foram submetidos, como animais; a criminalização de seu ativismo democrático, rotulado como uma revolta comunista ilegal; e a acusação de que a população envolvida não passava de uma multidão irracional e violenta (Shin, 2003). Nesse cenário, para Choi (2003), a construção de uma *absolute community* foi determinante no combate às forças armadas, enquanto naturalizou a vida e a morte em termos coletivos e não individuais. O repórter Kim Chung-gun, que cobriu o massacre, expressa a intraduzibilidade do evento: “Eu não conseguia encontrar as palavras adequadas, como repórter, para descrever os atos que havia testemunhado. (...) No limite da minha inteligência, a expressão que me ocorreu foi ‘caça humana’” (Choi, 2003, p. 4, tradução nossa).¹¹

⁹ “On 27 May, the Uprising was crushed – with estimates ranging between 200 (government assessments) and 2,000 people having been killed, most of them civilians (assessments of local civic groups)” (Shim, 2021, p. 456).

¹⁰ “conservative lawmakers continue to describe the events of Gwangju as anti-government and pro-North Korean riots, revealing the lasting, ideologised legacy of the civic movement” (Shim, 2021, p. 457, tradução nossa).

¹¹ “I couldn’t find the proper words, as a reporter, to portray the acts I had witnessed. (...) At my wit’s end, the expression that occurred to me was “human hunting”” (Choi, 2003, p. 4)

3.3 *Atos Humanos* de Han Kang

Como destaca Shim (2021), as representações culturais do Massacre de Gwangju não apenas evocam as memórias do dia 18 de maio, como também as reformulam. Nesse sentido, *Atos Humanos* (소년이 온다)¹² é uma obra de Han Kang que aborda a repressão violenta do movimento democrático de Gwangju em maio de 1980. Sob múltiplas perspectivas das vítimas, famílias e sobreviventes, o livro é organizado em seis capítulos e um epílogo. A partir de uma narrativa polifônica e fragmentada, cada capítulo apresenta um ângulo diferente sobre o evento: *Passarinho* é narrado pelo protagonista, Dongho, de 15 anos. *Fôlego preto*, constitui-se pelo espírito de Jungdae, amigo de Dongho. *Sete tapas*, situado cinco anos depois do evento, é contado por Eunsuk, que revela as sequelas, a censura e a violência que ainda persistem. *Ferro e sangue* traz a perspectiva dos que foram mantidos presos e torturados, como Jinsoo. *Pupila da noite* mostra o ponto de vista de Sunjoo após vinte anos e apresenta a impossibilidade de narrar o trauma. *Para o lado das flores* expressa o luto das mães cujos filhos foram levados. Por fim, o epílogo *Lâmpada coberta de neve* discorre sobre o processo de escrita e como o massacre de Gwangju deixou marcas que perduram até hoje.

Na capa da 1ª edição de *Atos Humanos*, publicada pela Todavia, em 2021, há uma borboleta no centro de uma mão humana despedaçada. Segundo Keating (2012) o conceito do efeito borboleta da teoria do caos indica que pequenas ações podem causar transformações expressivas. Ela sugere que momentos de crises nos levam a “pensar a ação humana situada em contextos permeados por ordens-constrangimentos e caos-criatividades que emergem da sobrevivência e da resistência à adversidade e à violência” (Keating, 2012, p. 42). Ademais, o uso de amarelo no fundo destaca os elementos sobrepostos e desperta a atenção do espectador. Ele pode apontar para a passagem do tempo, assim como a busca por esclarecimento, dada sua natureza ambígua (Heller, 2022). Já o rosa opaco da borboleta pode simbolizar a sensibilidade e a “força dos fracos” (Heller, 2022), especialmente diante de contextos extremos. Essa combinação poderia ser em razão da preservação da memória que se apresenta, por vezes, de forma fantasmagórica.

Han Kang tornou-se a primeira autora sul-coreana a receber o Prêmio Nobel de Literatura de 2024, “por sua prosa poética intensa que confronta traumas históricos e expõe a fragilidade da vida humana” (The Nobel Prize in Literature, 2024, tradução nossa).¹³ A autora nasceu em Gwangju, 1970. Em 1993, ela se formou em língua e literatura coreana pela Yonsei University e iniciou sua carreira. Como sua família se mudou para Seul em janeiro de 1980, “a mudança antes da revolta a deixou com um sentimento de “culpa de sobrevivente.”” (Ostberg, 2025, tradução nossa).¹⁴ Ao escrever *Atos Humanos*, Han afirma que “precisava compartilhar de forma imaginativa o trauma dos sobreviventes e dos enlutados” e retrata a universalidade presente na “atrocidade humana que vivenciamos ao longo da história e do mundo” (Allardice, 2025, tradução nossa).¹⁵

¹² Título em coreano: “O menino vem” (Tradução livre).

¹³ “for her intense poetic prose that confronts historical traumas and exposes the fragility of human life” (The Nobel Prize in Literature, 2024).

¹⁴ “move before the uprising has left her with a sense of “survivor’s guilt.”” (Ostberg, 2025)

¹⁵ “needed to imaginatively share the trauma of the survivors and the bereaved”; “the human atrocity which we have experienced throughout history and the world” (Allardice, 2025)

Na próxima seção daremos início à análise dos recursos narrativos e discursivos empregados na construção do *ethos* na narrativa de *Atos Humanos*.

4 A construção do *ethos*

A construção do *ethos* em *Atos Humanos* é complexa, pois cada capítulo¹⁶ apresenta uma perspectiva diferente sobre o evento. A desumanização, o trauma, a culpa e a necessidade de testemunhar – mesmo diante da impossibilidade de narrar as atrocidades sofridas – revelam a resistência ética e moral contra o apagamento da memória e da identidade.

De início, *Passarinho* localiza o leitor na topografia e cronografia da cena em meio ao tom introspectivo que se preocupa com a iminência da chuva. Do auditório, Dongho observa o vento atravessar as nogueiras em frente ao prédio provincial, escutando a cerimônia de homenagem coletiva. Enquanto isso, aguarda a chegada de mais corpos para registrar no livro ou algum familiar que esteja à procura de alguém, assim como ele tentava encontrar Jungdae. A contemplação da natureza contribui como um elo de ordem em meio à catástrofe humana. Os acontecimentos, os quais ele observa atentamente, são intercalados pela busca de sentido diante do caos, na tentativa de compreender o incompreensível. O fluxo de consciência apresenta dispersão devido ao choque, transitando entre lembranças cotidianas, como a possibilidade de se evitar usar óculos, até a descrição da violência e dos corpos. Há recorrência da indagação sobre o destino das almas, especialmente ao acender as velas. Essa linguagem, marcada por abstrações poéticas frente à dura realidade, constrói uma voz ética em denúncia da dor coletiva. Aqui o *ethos* mostrado está envolto pela atmosfera introspectiva e pela escolha lexical ao narrar o evento. Já o *ethos* pré-discursivo se ancora na figura do adolescente, como portadora de inocência e legitimidade diante do massacre. Dongho carrega uma vulnerabilidade reconhecida socialmente antes mesmo do enunciado propriamente dito.

Outro traço da construção do *ethos* é a desorientação na dicotomia entre os manifestantes em defesa da nação e a violência estatal. Ele não entende o porquê de envolver a bandeira do país nos corpos e cantar o hino nacional para honrá-los, quando foi o próprio Estado que os matou. “Durante o Aegukga,¹⁷ cantado como se fosse uma rodada entre soluços, preste atenção em silêncio na delicada dissonância gerada pelas passagens que se colidiam. Como se aquilo pudesse te fazer entender o que é a nação” (Han, 2021, p. 11). A inocência do personagem é confrontada a partir da experiência do trauma que, ainda não processado, confere sua legitimidade. O trauma culmina no deslocamento, em um mundo no qual o passado é distante e inacessível e o presente é insuportável. O *ethos* dito emerge no uso da segunda pessoa, que se torna um recurso de interpelação de si mesmo na enunciação, na tentativa de sustentar a fala diante do inominável.

Se esse outro mundo tivesse permanecido, terias feito a prova do meio do semestre. Como hoje seria o domingo posterior à prova, terias dormido até tarde e jogado badminton com Jungdae no quintal. Assim como não te parece real essa última semana, tampouco te parece real o tempo daquele outro mundo (Han, 2021, p. 18).

¹⁶ Organizados em: 1. Passarinho; 2. Fôlego preto; 3. Sete tapas; 4. Ferro e sangue; 5. Pupila de noite; 6. Para o lado das flores; Epílogo Lâmpada coberta de neve.

¹⁷ Hino nacional da Coreia do Sul.

A resistência é manifestada nas dúvidas que se perdem, sem resposta, mas insistem na busca pela humanidade que lhes foi negada. Para Seligmann-Silva (2003), o testemunho resiste na tentativa incessante de narrar o inenarrável, situado no limiar da memória e do esquecimento. Como testemunha da morte do amigo, Dongho sente a revolta e a culpa frente às injustiças do estado de exceção vigente, isto é, a suspensão dos direitos fundamentais pela soberania do poder absoluto (Agamben, 2004). A impossibilidade de fuga o fez permanecer no local na noite em que os soldados invadiram, mesmo com os pedidos da mãe e do irmão para que voltasse para casa e o alerta do exército civil de que os enlutados e mais novos deveriam se retirar. Isso denota um enfrentamento forçado das atrocidades cometidas: “Hesitas, querendo evitar tua obrigação. Sempre hesitas nesse momento. Quando abres o tecido de algodão branco manchado de sangue e fluidos das feridas, te esperam o rosto rasgado, o ombro cortado, os peitos que estão se estragando sob a blusa” (Han, 2021, p. 38). O questionamento inicial, que se repete durante todo o capítulo, é o mesmo que o encerra: “Quanto tempo será que o espírito fica ao lado do corpo?” (Han, 2021, p. 38). Mas agora, “Pensas que seria bom se tua visão piorasse e até as coisas próximas também ficassem embaçadas. Entretanto, nada está embaçado. Antes de erguer o pano de algodão, não fechas os olhos” (Han, 2021, p. 38). Permanecer ali e não fechar os olhos funcionam como índices de corporalidade e da cenografia, que se reforçam pela descrição dos rastros de violência nos corpos. Estabelece-se, assim, o *ethos* efetivo da testemunha que encara o horror como dever ético.

Fôlego Preto é uma narração extracorpórea de Jungdae que, já morto, assume uma voz póstuma para contar o que aconteceu consigo. Aqui o *ethos* pré-discursivo da vítima assume um caráter legitimado pela perda da vida e da dignidade. A persistência da dor, narrada após a morte, configura o *ethos* discursivo, isto é, a imagem que o narrador projeta a partir do tom e dos índices de corporalidade. Já o uso da primeira pessoa marca o *ethos* dito, no qual a enunciação se dá pela permanência da consciência e pelas referências ao próprio corpo em desintegração. O *ethos* que se constrói efetivamente comove o leitor no resgate de cenas cotidianas e das aspirações de alguém que teve sua vida abruptamente interrompida, violada e apagada. Como resistência ao apagamento, a memória emerge para humanizá-lo por meio das lembranças e das experiências sensoriais em vida, desafiando o controle soberano sobre os corpos. “Era essa a memória que eu tinha que agarrar no mato escuro. Tudo daquela noite, quando eu ainda possuía um corpo” (Han, 2021, p. 48). Isso é quebrado no retorno ao cenário presente, no qual pensa em ir até os perpetradores, “até que eles vejam os meus olhos sangrando em seus pesadelos. Até que ouçam a minha voz. Por que atirou em mim, por que me matou?” (Han, 2021, p. 50-51). Esse endereçamento contribui para um *ethos* dito que expressa indignação e desejo de justiça.

A objetificação, característica recorrente na literatura de teor testemunhal, ressalta a necropolítica (Mbembe, 2018), enquanto instrumento de poder sobre quem e como deve morrer, implicando na destruição de corpos humanos. Isso é perceptível na forma como os corpos são carregados pelos soldados como sacos de cereais e deixados no terreno baldio, de modo que “o pagode¹⁸ de corpos tornara-se algo como o cadáver de um enorme animal com dezenas de pernas” (Han, 2021, p. 41-42), o que provoca sentimentos de vergonha, ódio e incompreensão. O tom de abjeção assegura índices de corporalidade que evidenciam o *ethos* mostrado e mobilizam o *ethos* dito. Ao sentir que a irmã também foi assassinada, o espírito é

¹⁸ Torre tradicional, com vários andares. Costumam ser locais sagrados, como templos.

acometido por pensamentos obsessivos diante da injustiça e uma força desconhecida intensifica a desconexão com a própria identidade: “Observei em silêncio meu rosto apodrecer, enegrecido, se putrificar, o perfil ser destruído e tornar-se irreconhecível a quem quer que seja” (Han, 2021, p. 52).

Os corpos que chegam mais bem cuidados, limpos e vestidos com camisola hospitalar são considerados nobres por terem sido tratados com humanidade. À noite, os espíritos se movem e encostam uns nos outros, é possível sentir uma dor imensurável das sombras cujos corpos possuíam marcas de tortura. Também chegam os que tiveram seus rostos apagados com tinta branca e “olhavam para o vazio sem olhos, sem nariz, sem lábios” (Han, 2021, p. 51). Nesse momento, ele lembra de Dongho:

Você se assustou no momento em que viu a cena. As pálpebras piscavam fortemente e os cílios tremiam. Eu agarrei sua mão nesse momento. “Nosso Exército atirou”, você murmurava um tanto desvairado, e eu o puxava para a frente, mais para a frente da marcha. “Nosso Exército atirou”, você parecia que logo ia explodir em choro, e eu cantava, puxando-o com força para a frente. Cantava o Aegukga até estourar a garganta. Antes de eles cravarem uma bala quente como fogo no meu flanco. Antes de apagarem aqueles rostos com tinta branca (Han, 2021, p. 52).

O *ethos* mostrado é reforçado pela alternância entre o “eu” e o “você”, que instaura um diálogo dentro da cenografia. Assim, ocorre a denúncia da memória, da identidade e da história distorcidas pelo poder absoluto. Além disso, mostra que mesmo quando a linguagem falha em traduzir o silêncio, os corpos deixam vestígios (Seligmann-Silva, 2003). O espírito permanece preso ao corpo, sendo libertado somente na supressão completa dos corpos, só para encontrar-se sem um lugar para ir. Quando, junto a outras pessoas, sentiu Dongho ser morto, restou somente escuridão: “Apenas um ponto distante emanava luzes brilhantes. Vi luzes de sinalizadores lançados sucessivamente, luzes do fogo das armas, que brilhavam e salpicavam” (Han, 2021, p. 56-57). O *ethos* efetivo, portanto, associa-se ao testemunho que resiste à tentativa de apagamento mesmo em meio à sua aniquilação.

Em *Sete Tapas*, passaram-se cinco anos. Eunsuk trabalha em uma editora cujos livros provocam a censura. O capítulo é orientado por uma sequência de dias para esquecer os sete tapas proferidos em seu rosto pelo investigador, no interrogatório sobre o paradeiro do tradutor com quem se encontrou. O *ethos* pré-discursivo apresenta como aspecto central de sua credibilidade a culpa por ter sobrevivido. Já o *ethos* efetivo é constituído pela resistência ao silenciamento “não viria o dia de esquecer o sétimo tapa” (Han, 2021, p. 92). A vigilância opressiva permeia a narrativa, o que a faz deixar de lado uma parte de sua consciência. Enquanto observa o retrato do presidente na parede, pensa na violência exercida contra os protestos estudantis e em como o rosto “esconde a insensibilidade, a crueldade, o assassinato” (Han, 2021, p. 70). Ao receber o livro do Departamento de Censura, outro fator evidente é a obstrução da verdade. As páginas, que parecem queimadas, indicam a alteração da história como feita com a própria forma do livro pela censura: “por causa das páginas encharcadas de tinta, o livro provisório estava inchado, com o formato de um prisma triangular” (Han, 2021, p. 72).

Na manhã posterior ao massacre, “não jorrava água da fonte” (Han, 2021, p. 90). Os soldados, que arrastaram os corpos sem qualquer respeito, passaram a invadir as casas à procura de jovens que teriam participado do protesto. A água corrente na fonte representa a tentativa de acobertar o que aconteceu, como se pudesse lavar o sangue derramado. Assim,

quando a cidade começou a retomar suas atividades, Eunsuk ligava insistentemente para o Departamento de Petição Civil, para que desligassem a água, pois não poderia agir como se nada tivesse acontecido. Ela lembra de ter o espírito quebrado quando “encontrou-te com a cabeça inclinada, carregando uma arma no ombro pequeno de menino, que ainda vestia o casaco do uniforme da escola por sobre o de ginástica azul-claro” (Han, 2021, p. 83). Do hospital onde estava, “quando se ouviu um tiro, vindo da direção do Docheong,¹⁹ ela não estava adormecida. Nem tapou os ouvidos, nem fechou os olhos. Nem oscilou, nem gemeu. Apenas lembrou de ti” (Han, 2021, p. 86). O *ethos* mostrado é concebido na recusa em esquecer, evidenciado no modo de enunciação. Ao mesmo tempo, o *ethos* dito reafirma a luta de resistência frente à opressão e à censura da história oficial. Assim, firma-se um compromisso ético com os que se foram, como forma de combater a perpetuação de discursos ideológicos e políticos dominantes (Harlow, 1987).

Por meio do discurso narrativo é possível evocar outras facetas do evento, historicizando as imagens da narrativa na memória coletiva. Dessa forma, eles prosseguem com a peça inspirada no livro sem as palavras ocultas pela censura que questionam “O que é ser humano? O que temos que fazer para o ser humano não deixar de ser humano?” (Han, 2021, p. 90). No teatro, os atores não pronunciam as falas, apenas as gesticulam e a plateia cai em silêncio, concentrando-se na leitura das palavras já gravadas por Eunsuk. “Depois que você morreu, por não ter podido fazer um funeral”:

Os meus olhos, que tinham visto você, tornaram-se um templo. Os meus ouvidos, que tinham ouvido você, tornaram-se um templo. Os meus pulmões, que tinham inspirado o seu fôlego, tornaram-se um templo (...) As flores da primavera, os salgueiros, as gotas de chuva e os flocos de neve tornaram-se um templo. As manhãs que vêm todo dia, as noites que vêm todo dia tornaram-se um templo (Han, 2021, p. 95).

Ferro e Sangue parte da perspectiva dos que foram presos e torturados, o que já posiciona seu *ethos* pré-discursivo. A voz se dirige a quem escuta seu testemunho e mostra a necessidade de resgatar o que passou, ainda que ninguém tenha o direito de fazê-lo lembrar e falar sobre isso. Diante da morte de Jinsoo, ele se pergunta o porquê de ainda estar vivo e o outro não. Estiveram juntos naquele lugar, mas as experiências nunca são exatamente as mesmas, então “como a morte dele poderia ser autopsiada sem que as coisas que ele passou sozinho sejam ouvidas da boca dele próprio?” (Han, 2021, p. 101-102). Isso remete ao fato de que a testemunha verdadeira é a que não pode dar seu testemunho, pois não sobreviveu. Assim, o *ethos* dito é legitimado pelo testemunho do sobrevivente, que assume uma responsabilidade ética com a memória intransmissível (Seligmann-Silva, 2003). Assim, o *ethos* discursivo se projeta frente à crueldade desumana. Ele é materializado pela presença do trauma após o evento e pela resistência à narrativa dos perpetradores.

Ao chegarem nas celas, ninguém questionou, nem mesmo os mais novos, “aquele silêncio desesperador de cerca de uma hora foi a última dignidade que conseguimos ter como seres humanos naquele lugar” (Han, 2021, p. 99). Queriam retirar quaisquer traços de humanidade das pessoas que estavam ali. As condições às quais eram submetidos para causar a sede, o medo, a fome, deixá-los “parecendo um animal cujo espírito fora sugado” (Han, 2021, p. 100).

¹⁹ Prédio provincial, onde aconteceu a repressão do protesto.

A desumanização reforçava que não poderiam ter controle sobre o próprio corpo, este que se tornara um pedaço de carne apodrecendo. Passados dez anos, “ninguém mais se preocupou conosco ou chorou por nós. Até nós mesmos nos desprezávamos”, ainda “havia a sala de interrogatório daquele verão dentro dos nossos corpos” (Han, 2021, p. 118). O *ethos* efetivo se relaciona à existência da testemunha que constitui um ato ético-político de resistência (Harlow, 1987).

Estou lutando. Luto todos os dias, sozinho. Luto contra a vergonha por ter sobrevivido, por ainda estar vivo. Luto contra o fato de que sou um ser humano. Luto contra o pensamento de que a morte é a única maneira de escapar desse fato. O senhor, ser humano igual a mim, qual resposta poderia me dar? (Han, 2021, p. 126).

Aqueles que portavam armas de fogo, chamados extremistas, ficaram por mais tempo. Eles não queriam saber o que havia acontecido: “Para preencher as lacunas com os nossos nomes no drama que haviam preparado, o que tínhamos de fazer era apenas uma confissão falsa” (Han, 2021, p. 111). A crueldade dos paraquedistas era recompensada pela autoridade superior. Esta que os levaram a atirar nos meninos ordenados em fila, desarmados e com as mãos para cima em rendição. Para ele, a consciência é a coisa mais temível do mundo, pois havia determinação em prol dela, especialmente entre os mais jovens, como Dongho. Ele, então, pergunta: “o senhor acha que eles entendiam o que era a morte para fazer aquela escolha?” (Han, 2021, p. 109). A possibilidade de morrer, mas talvez sobreviver com dignidade alimentava a esperança deles, tomados pela força coletiva “do sentimento vívido de que parecia que o sangue de centenas de milhares de pessoas uniu-se, formando uma veia enorme” (Han, 2021, p. 107). Os que ficaram no prédio naquela noite morreram pelo sangue de centenas de milhares de pessoas. Quando os soldados chegaram ninguém do grupo puxou o gatilho: “Não podíamos fazer isso sabendo que, quando se puxa o gatilho, pessoas morrem. Nós éramos meninos que carregavam armas com as quais não se podia atirar” (Han, 2021, p. 109-110). Desse modo, a recusa dos jovens em atirar e a consciência sobre o valor da vida acentuam o *ethos* efetivo, que se mantém como denúncia da barbárie.

Após 20 anos, o *ethos* pré-discursivo em *Pupila de noite* destaca a impossibilidade de narrar o evento e a persistência do trauma. Sunjoo é confrontada com um gravador e uma fita cassete, dado por Yoon, que está coletando os testemunhos dos sobreviventes para um livro. Ele defende que o evento não pode ser reduzido aos dez dias de luta, pois continua ao longo das décadas e, por isso, pede por seu testemunho. O *ethos* mostrado é perceptível pelo trauma que se manifesta como uma presença constante. No lugar de lembranças, ela tem sonhos vívidos, “onde o sangue secou sem deixar vestígio e os ossos desapareceram, desintegrados” (Han, 2021, p. 140). Quando acorda, “As memórias que a fazem lembrar que pesadelos não são nada a esperam em silêncio, em sua mente” (Han, 2021, p.159). A inacessibilidade do evento traumático e sua intraduzibilidade marcam o testemunho como ato paradoxal, enquanto a resistência está atrelada à retomada da memória de forma contra-hegemônica (Caruth, 1996; Harlow, 1987; Ricoeur, 2007; Seligmann-Silva, 2003).

Testemunho. Significado. Memória. Para o futuro. (...)

No instante em que o contorno da dor torna-se mais nítido, quando o sono é empurrado como maré baixa, o momento mais frio do que qualquer pesadelo surge novamente. O momento que confirma que tudo pelo que você passou não foi um sonho. Yoon pediu que se lembrasse. Pediu que enfrentasse e testemunhasse.

Mas como isso é possível? (Han, 2021, p. 167).

O capítulo é marcado pela luta política das mulheres por direitos trabalhistas e defesa de sua dignidade durante o contexto de supremacia militar. “Queremos morrer de pé em vez de viver de joelho. Vamos rezar em silêncio pelos que se foram, vamos lutar até o final, seguindo os que se foram pois... nós somos dignas” (Han, 2021, p. 157), não podiam permitir que as chamasse de vítimas. Quando formaram uma parede humana para evitar a prisão da chapa eleita para o sindicato contra a chapa do governo, os repressores avançaram com porretes sobre as centenas de operárias que gritavam, em sua maioria adolescentes. “Por que estão armados desse jeito?, pensou um instante. Nós não sabemos lutar nem temos armas” (Han, 2021, p.153). O testemunho feminino reafirma o *ethos* efetivo, no qual a memória e o corpo tornam-se lugares de resistência contra o apagamento histórico.

Com ajuda da imaginação, ela tenta entender os acontecimentos expressos nos jornais, que deixam lacunas pela censura e manipulação da verdade. Na prisão, para seguir o roteiro que criaram, no qual ela recebera ordens de espionagem, adulteravam sua identidade e história. “Chegou até aqui com as costas viradas para os momentos em que eles, xingando, jogavam água no seu corpo. O caminho para voltar para antes daquele verão foi cortado. Não há nenhuma maneira de voltar ao mundo de antes do massacre, da tortura” (Han, 2021, p. 176).

E você estava morto naquele verão. Enquanto meu corpo vomitava sangue sem parar, seu corpo se decompunha ferozmente dentro da terra. Nesse momento você me salvou. Fez meu sangue ferver em um instante e reviver. Pela força do sofrimento, que parecia que ia estourar meu coração, pela força da ira (Han, 2021, p. 175).

O *ethos* dito exprime o senso de responsabilidade e a culpa internalizada que contribui para legitimar seu *ethos* efetivo. O barulho das gotas que caem infinitamente da toalha molhada, mesmo quando já não está lá, soam como passos dos espíritos, “Dongho, Jinsoo, os corpos das pessoas que você arrumou com as próprias mãos no Sangmuguan²⁰, estarão reunidos ali ou estarão espalhados?” (Han, 2021, 178).

O *ethos* pré-discursivo em *Para o lado das flores* se constitui a partir do luto das mães que perderam seus filhos no massacre. O capítulo é narrado pela mãe de Dongho, expondo arrependimento, choque e vazio pela perda repentina, de modo desumano. Ela observa as costas do filho, sem conseguir alcançá-lo, na espera vã de que ele volte: “Sei que isso não pode acontecer. Pois te enterrei com as minhas próprias mãos” (Han, 2021, p. 185). A assimilação fragmentada dos acontecimentos na narrativa evoca o *ethos* mostrado. A mãe não lembra de nada além do rosto pálido do filho no caixão, pensando em como tinha a pele bem branquinha, sem se dar conta de que era por ter perdido muito sangue. O irmão do meio é consumido pela vingança, mas ela pergunta, tomada pelo medo de perder outro filho, “Como que vai se vingar do inimigo do teu irmão se foi o país que matou ele?” (Han, 2021, p. 186). O *ethos* dito reforça a impossibilidade de se evitar a tragédia. Mesmo trinta anos depois do evento, ao prepararem o ritual da morte do pai, os irmãos brigam, responsabilizando um ao outro pela morte do caçula.

Quando o pai de Jungdae e Jungmi volta, passa a procurar os corpos dos filhos incessantemente, pois até mesmo o luto lhe foi negado. A Associação das Famílias Enlutadas, composta pelas mães, também protestam por justiça:

²⁰ Auditório onde os corpos foram mantidos.

Quando nos despedimos, nos demos as mãos, aquelas peles frias... segurando as mãos como espantalhos que não têm nada dentro... esfregamos os ombros umas das outras, como espantalhos, olhando para o rosto umas das outras. Nós, que não temos nada no rosto, não temos nada nos olhos, nos despedimos dizendo que nos veríamos no dia seguinte (Han, 2021, p. 193).

As mães, retratadas como espantalhos vazios pela violência e pela perda (Caruth, 1996), tornam-se agentes de resistência contra o poder soberano e instituem uma memória viva do que aconteceu (Seligmann-Silva, 2003). O luto se transforma na força motriz que confronta a obliquidade governamental (Harlow, 1987). Ao serem levadas para a delegacia, ela arranca a foto do presidente da parede e a quebra com os próprios pés. Naquela noite, “me encostei, de pé, no parapeito, estendi a faixa e gritei: Devolva meu filho, vivo! Vamos matar o assassino Duwhan Jeon! Gritei até esquentar o sangue do topo da cabeça” (Han, 2021, p. 194). Após a morte do marido, fica sozinha, perguntando-se se deve sentir pena ou inveja dele. Quando olha para a foto da carteirinha de estudante do filho, chama “mesmo não tendo ninguém para ouvir... Dongho” (Han, 2021, p. 196). Ela é cercada por lembranças de como ele era e agia, de como não gostava de ir pela sombra: ““Mãããe, tem muitas flores lá no lado claro. Por que você vai no escuro? Vamos lá, praquela lado, pro lado das flores” (Han, 2021, p. 197). O *ethos* pré-discursivo, mostrado e dito articulam-se no *ethos* efetivo da mãe enlutada, compondo uma narrativa marcada pela culpa, em que a dor se converte em resistência por meio da memória.

O epílogo *Lâmpada coberta de neve* revela o processo de escrita do livro. O *ethos* pré-discursivo é de alguém que escuta o testemunho do outro e o passa adiante, o que a torna uma testemunha solidária (Cagnebin, 2006). Aquela que não vai embora diante do sofrimento indizível e permite sua transmissão simbólica: “Lembro-me somente das expressões deles, da dificuldade de completar as frases, deixando encoberta a história mais horrorosa, do silêncio que se estendia desajeitadamente” (Han, 2021, p. 199). Aos 12 anos, ela escuta os adultos conversando sobre as atrocidades do massacre. A perseguição do governo é constante, pessoas são levadas e torturadas, seus telefones grampeados e até mesmo invadiram a sua casa de madrugada. Depois de dois anos, a autora abre um livro de fotografias, “encontrei o rosto mutilado de uma menina, cortado profundamente por uma baioneta. Uma parte frágil dentro de mim, que nem sabia que existia ali, se quebrou, sem ruído” (Han, 2021, p. 204).

O *ethos* mostrado e dito se caracteriza por um enunciador que sente ter chegado tarde demais, “os cadáveres envolvidos com pano branco de algodão, os caixões cobertos com a Taegukgi, as mulheres e as crianças, que gemiam ou estavam sentadas distraídas, oscilaram sobre o chão de terra vermelho-escura e desapareceram” (Han, 2021, p. 204). Ao ver a foto de Dongho, descreve-o como um garoto de rosto comum que seria facilmente esquecido, “talvez, naquela época, todos os meninos de uniforme escolar, com cabelo curto, se parecessem” (Han, 2021, p. 207). No decorrer dos capítulos, é recorrente a ausência de feições, refletindo o apagamento de identidades, isto é, a massificação em um contexto de destruição de corpos humanos pela necropolítica exercida (Mbembe, 2018). Diante do poder soberano, o estado de exceção é caracterizado pela condição de vida nua (Agamben, 2004), quando as pessoas se tornam meros seres biológicos, vidas descartáveis, sem a proteção do Estado.

Durante a pesquisa, ela relata os sonhos que tinha e como os compromissos que seguiam normalmente ficavam turvos na mente dominada pela incompreensão: “Não podia acreditar. Morreu tanta gente” (Han, 2021, p. 209). A imagem de Gwangju emerge frente a eventos de repressão que se repetem, como o incêndio do mirante em Yongsan.

Ora, Gwangju era outro nome para algo isolado, algo esmagado à força, algo prejudicado, algo que não deveria ter sido prejudicado. A explosão da radiação ainda não acabou. Gwangju renascia inúmeras vezes e era assassinada inúmeras vezes. Explodindo, infectando-se, e, sangrenta, era reconstruída (Han, 2021, p. 211).

A casa em que morava passou a ser da família de Dongho e, enquanto estava segura na escola, centenas de pessoas desarmadas eram atacadas em Gwangju. Ela se pergunta, “será que aquele menino do ensino secundário também teria usado aquele mesmo quarto ao lado da cozinha? Ele realmente não tinha conseguido atravessar o verão quente que eu atravesssei?” (Han, 2021, p. 212-213). Anos depois, ao encontrar o irmão mais velho de Dongho, ele permite que escreva para que ninguém mais possa insultar o irmão mais novo. Desse modo, a partir de uma postura ética, a memória resiste à obliteração da história. Aqui, o *ethos* efetivo é legitimado pela escuta e pela escrita concebidas nesse processo.

Por meio do teor testemunhal e da resistência, a narrativa desafia as versões oficiais do massacre e restaura a dignidade das margens (Harlow, 1987), reivindicando o dever ético de reescrever a história sob as perspectivas dos que foram silenciados (Seligmann-Silva, 2003). Durante as leituras para a escrita do livro, percebe que “assim como havia soldados especialmente cruéis, outros eram especialmente passivos” (Han, 2021, p. 216) e se comportavam de forma semelhante às pessoas do exército civil, sem conseguir atirar. Essa postura reflete implicações éticas no contexto militar, ao mesmo tempo em que resgata resquícios de humanidade. “O momento em que se lembra do seu rosto e da sua voz, da dignidade que parece pertencer a uma vida passada. Esmagando aquele momento, vem massacre, vem tortura, vem repressão” (Han, 2021, p. 217), mas eles resistiram, permaneceram lá para não se tornarem vítimas.

Han Kang “escreve com o dialeto do sul, com os ritmos íntimos da memória. Em seus livros, ouvimos os ecos de Gwangju, sentimos o peso dos silêncios de Jeju, onde o próprio dialeto se torna resistência” (Tizzard, 2024)²¹. Durante os capítulos a segunda pessoa é retomada quando se dirige ao protagonista, estabelecendo uma conexão intimista com o leitor, que provoca alto impacto emocional ao convidá-lo a vivenciar a história diretamente. Na narração ficcional em segunda pessoa, articula-se um endereçamento que mobiliza tanto a função conotativa do pronome, quanto seu nível de referência na história. Isso implica a presença de um narrador, que pode ser apenas enunciador ou também participante da ação, compartilhando ou não a existência ficcional do “tu/você” (Fludernik, 1993, p. 219). O uso desse recurso frequentemente assume um dever na recuperação da memória que foi apagada. Na obra, contribui para a constituição de um *ethos* de teor testemunhal, que atua como uma projeção da memória traumática. A resistência permeia a enunciação não linear, a partir de uma virada ideológica da história como memória e reconstrução (Chiappini; Leite, 1997, p. 84). À medida em que não há explicações simples e objetivas no testemunho coletivo do trauma, possibilita-se a reescrita da história por outros ângulos.

²¹ “She writes with the dialect of the South, with the intimate rhythms of memory. In her books, we hear the echoes of Gwangju, feel the weight of Jeju’s silences, where the dialect itself becomes resistance” (Tizzard, 2024).

5 Considerações finais

Após verificar a constituição do *ethos* em *Atos Humanos*, destacamos a importância de narrativas de teor testemunhal como prática discursiva para a reconstrução da memória em eventos de catástrofe. Nesse sentido, o Massacre de Gwangju concebe a busca pela integridade e dignidade humana, que demanda reconhecimento frente aos abusos sofridos. A obra de teor testemunhal constrói, sob múltiplas perspectivas, *ethe* discursivos que demonstram resistência diante da necropolítica atuante no estado de exceção instaurado pelo poder soberano.

A análise proposta contribui para os estudos em análise do discurso e em literatura comparada ao demonstrar a pertinência do conceito de *ethos* discursivo na leitura de narrativas de teor testemunhal. A observação das materialidades discursivas evidencia o caráter multissemiótico do *ethos*, para além de sua dimensão retórica. Nesse sentido, o trabalho aponta para investigações futuras que abordem a literatura de teor testemunhal como prática discursiva de resistência e reconstrução da memória. Reconhece-se, ainda, a relevância da reflexão sobre a relação entre a falha da linguagem, própria das narrativas do trauma, e o processo de construção do *ethos* discursivo. Essa articulação, já explorada por pesquisas que aproximam a Análise do Discurso, os estudos do trauma e a Psicanálise, não pôde ser aprofundada neste artigo, por exceder os limites do escopo proposto.

Nos capítulos, denuncia-se a dor individual e coletiva, marcada pela presença do trauma e da luta para assegurar sua humanidade. *Passarinho* revela vulnerabilidade a partir do olhar de um adolescente em meio à tragédia. *Folêgo Preto* mostra que a destruição de identidades e corpos permeia até no espectro póstumo. *Sete Tapas* expressa a resistência à obstrução da verdade pela censura. *Ferro e Sangue* ressalta a persistência do trauma nos sobreviventes e torturados. *Pupila de noite* destaca a impossibilidade de narrar os acontecimentos. *Para o lado das flores* retrata o luto das mães, como memória que confronta o poder dominante. Por fim, o epílogo *Lâmpada coberta de neve* descreve o processo de escrita e assume um compromisso ético com a retomada da memória por outros ângulos, contribuindo para a reinterpretação do evento.

Assim, a experiência traumática inenarrável resiste ao apagamento provocado pelas estruturas hegemônicas de poder a partir do recontar da história. Diante disso, o *ethos* confere autoridade à narrativa ao estabelecer uma postura ética que se legitima na relação e na conexão com o leitor. Portanto, o Massacre de Gwangju não se restringe a um período delimitado, sendo perpetuado pelas atrocidades cometidas na vida daqueles que o testemunharam e em tragédias causadas pela violência e suspensão dos direitos humanos fundamentais. Logo, obras como *Atos Humanos* possuem caráter ético-discursivo, retomando ao passado para a reescrita da história, a fim de evitar repeti-la infinitamente.

Declaração de autoria

A autora principal, Tielly dos Reis Gomes, foi responsável pela concepção teórica, coleta de dados, análise, discussão de resultados, redação e revisão. O orientador Rafael de Souza Timmermann participou da definição do quadro teórico e da organização estrutural, atuando na supervisão e revisão para assegurar a coerência do trabalho. A coorientadora Ana Lília Carvalho Rocha procedeu à revisão científica e terminológica, contribuindo para a precisão conceitual e argumentação.

Referências

- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.
- AHN, J. The Citizens' Army during the Kwangju Uprising. In: SHIN G.; HWANG, K. *Contentious Kwangju: the May 18 uprising in Korea's past and present*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2003.
- ALLARDICE, L. 'I want to be hopeful': Nobel prize-winning novelist Han Kang on the crisis in South Korea. *The Guardian*, 01 fev. 2025. Books. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2025/feb/01/i-want-to-be-hopeful-nobel-prize-winning-novelist-han-kang-on-the-crisis-in-south-korea>. Acesso em: 31 mar. 2025.
- AMOSSY, R. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, p. 9-28, 2005.
- BAKHTIN, M. M. *The Dialogic Imagination: Four Essays*. Austin: University of Texas Press, 1981.
- CARUTH, C. *Unclaimed experience: Trauma, narrative, and history*. Maryland: JHU press, 1996.
- CHIAPPINI, L.; LEITE M. *O foco narrativo*. São Paulo: Ática, 1997.
- CHOI, J. The formation of an "Absolute Community". In: SHIN G.; HWANG, K. *Contentious Kwangju: the May 18 uprising in Korea's past and present*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2003.
- FLUDERNIK, M. Second Person Fiction: Narrative "You" As Addressee And/Or Protagonist. *AAA: Arbeiten aus Anglistik und Amerikanistik*, Tübingen, v. 18, n. 2, p. 217-247, 1993.
- FREITAS, E. C.; BALDISSERA R.; JUNIOR, F. S. A.; BOAVENTURA, L. H. Dominique Maingueneau: questões teóricas para análise discursiva na comunicação: cenografia e ethos. *Organicom*, v. 18, n. 36, p. 253-261, 2021.
- GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GWANGJU News Team. May 18 Foundation: Bringing the Truth of May 18 to Light. *Gwangju News*, 02 maio 2023. Disponível em: <https://gwangjunewsgic.com/features/may-18/may-18-foundation/>. Acesso em: 03 abr 2025.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HAN, K. *Atos humanos*. 1. ed. São Paulo: Editora Todavia, 2021.
- HARLOW, B. *Resistance literature*. New York: Methuen, 1987.
- HELLER, E. *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*. São Paulo: Olhares, 2022.
- KEATING, C. Caos e Ordem. In: Centro de Estudos Sociais. *Dicionário das crises e das alternativas*. Coimbra: Almedina, 2012, 41-42.
- LEE, N.; KIM, W. *The South Korean democratization movement: a sourcebook*. The Academy of Korean Studies Press, 2016.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. Tradução de Luciana Salgado. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NOBEL PRIZE OUTREACH. The Nobel Prize in Literature 2024. *The Nobel Prize*. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/prizes/literature/2024/summary/>>. Acesso em: 07 abr. 2025.

OMAKI, D. R. *Ethos e argumentação para universitários: perspectivas da análise do discurso*. 2024. 197 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2024.

OSTBERG, R. Han Kang. South Korean writer. *Britannica*, 25 mar. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Han-Kang>. Acesso em: 31 mar. 2025.

RICOEUR, P. A *memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, B. S. Memorabilidade discursiva em documentos oficiais do ENEM: Portaria MEC nº 438, de 28 de Maio 1998 e o Edital nº 10, de 14 de Abril de 2016. *Revista Interdisciplinar em Estudos de Linguagem*, v. 3, n. 2, p. 01-20, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/riel/article/view/1810>. Acesso em: 8 abr. 2025.

ROCHA, H. C. B.; VIRGINIO, M. V. M.; GOMES, Y. P. A. Ethos e cenografia no discurso literário. *Diálogo e Interação*, v. 18, n. 2, p. 297-313, 2024. Disponível em: <https://revista.faccrei.edu.br/revista-dialogo-e-interacao/article/view/239>. Acesso em: 9 abr. 2025.

SANTOS, N. O.; FAIRCHILD, T. M. O que é ser uma escritora negra no Brasil? Estratégias de polidez e a negociação do ethos discursivo. *Discurso & Sociedad*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 139–161, 2025. DOI: <https://doi.org/10.14198/dissoc.19.1.07>.

SELIGMANN-SILVA, M. *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

SHIM, D. Cinematic Representations of the Gwangju Uprising: Visualising the “New” South Korea in A Taxi Driver. *Asian Studies Review*, v. 45, n. 3, p. 454-470, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/10357823.2020.1837071>.

SHIN G. Introduction. In: SHIN G.; HWANG, K. *Contentious Kwangju: the May 18 uprising in Korea's past and present*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2003.

SILVA, A. M. B. D.; PESSOA, F. C. D. C. A enunciação do discurso antirracista na literatura infantil. *Letras de Hoje*, [S. l.], v. 59, n. 1, p. 1-13, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2024.1.46325>.

TIZZARD, A. D. Han Kang is voice of Korean democracy. *The Korea Times*, 12 out. 2024. Disponível em: <https://www.koreatimes.co.kr/opinion/20241012/han-kang-is-voice-of-korean-democracy>. Acesso em: 15 abr. 2025.

VERONEZ, M.; SILVA, M. C. Análise do Discurso Literário: funcionamento da autoria e construção das cenografias no livro *Alguma Poesia* de Carlos Drummond de Andrade. *Heterotópica*, v. 6, n. 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14393/HTP>.